

LEONARDO ROCHA HAMMOUD

ARBITRAGEM
TRIBUTÁRIA

 A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA
E A REALIDADE BRASILEIRA

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Leonardo Rocha Hammoud

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

H227a

Hammoud, Leonardo Rocha

Arbitragem tributária : a experiência portuguesa e a
realidade brasileira / Leonardo Rocha Hammoud. – Rio de
Janeiro : Lumen Juris, 2019.

216 p. : il., gráficos, tabelas ; 21 cm.

Bibliografia : p. 177-194.

ISBN 978-85-519-1405-2

MT 32⁰⁵

1. Arbitragem. 2. Direito tributário. 3. Litígio. 4. Eficiência.
5. Administração e processo tributário. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio.....	1
1. Introdução.....	5
2. Objetivo.....	9
3. Justificativa.....	11
4. Metodologia	15
5. Estrutura da Dissertação.....	17
Capítulo 1 – A Realidade do Processo Tributário	19
1.1. Aspirações do sistema tributário: justiça e eficiência	20
1.2. A realidade do Poder Judiciário	23
1.3. A realidade do processo judicial tributário	34
1.4. A realidade do processo administrativo tributário	38
1.5. Conclusão parcial.....	46
Capítulo 2 – A Arbitragem como Instrumento de Solução de Controvérsias e sua Utilização no Direito Público	49
2.1. A arbitragem.....	49
2.2. A utilização da arbitragem na administração pública: uma retrospectiva	52

2.2.1. O comportamento jurisprudencial do STJ e do TCU e o surgimento das leis autorizadoras	54
2.2.2. A administração pública consensual e os entraves na aceitação de meios alternativos de solução de controvérsias	56
2.2.3. Os Enunciados do Conselho da Justiça Federal.....	60
2.3. Matérias tributárias já discutidas indiretamente nas câmaras arbitrais.....	64
2.4. Conclusão parcial	65
Capítulo 3 – A Experiência Portuguesa na Arbitragem Tributária.....	67
3.1. Justificativa pela escolha da arbitragem tributária em Portugal	67
3.2. Aspectos gerais: elementos legais e institucionais	69
3.2.1. O regime jurídico da arbitragem tributária e a indisponibilidade do crédito tributário no contexto português.....	71
3.3. O Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).....	74
3.3.1. Criação do CAAD.....	75
3.3.2. Do Conselho Deontológico	76
3.3.3. Os tribunais arbitrais	76
3.3.4. A constituição do tribunal arbitral	77
3.3.5. Da competência dos tribunais arbitrais tributários.....	78
3.3.6. Das matérias arbitráveis.....	79
3.4. Do árbitro	81

3.4.1. Da escolha do árbitro	85
3.5. Efeitos da constituição do tribunal arbitral.....	87
3.6. Custas do procedimento arbitral.....	88
3.7. Princípios processuais.....	90
3.8. O processo arbitral	91
3.8.1. Tempo de duração e recursos.....	92
3.9. Dados empíricos da arbitragem tributária portuguesa	93
3.10. Análise crítica da doutrina sobre a arbitragem tributária portuguesa.....	99
3.11. Análise crítica comparativa com o Brasil.....	101
3.12. Conclusão parcial.....	103
Capítulo 4 – A Arbitragem Tributária no Contexto Brasileiro	107
4.1. Apontamentos para admissão da arbitragem tributária	107
4.2. O dogma da indisponibilidade do interesse público.....	114
4.2.1. Indisponibilidade do crédito tributário	121
4.3. Questionamento do crédito tributário ou mera pretensão do fisco?.....	123
4.4. Exemplos de formas alternativas no cenário nacional.....	126
4.5. Conclusão parcial	129
Capítulo 5 – A Lei de Arbitragem e a Arbitrabilidade das Controvérsias Tributárias.....	131

5.1. Procedimento arbitral do Brasil-Império e a contínua relação litigiosa entre o fisco e o contribuinte	131
5.2. A jurisdição e o meio alternativo da arbitragem tributária: necessidade e especialidade em prol de um bom relacionamento entre fisco e contribuinte	134
5.3. Arbitrabilidade da matéria tributária	142
5.4. Questões sobre a introdução da arbitragem tributária no ordenamento jurídico brasileiro	147
5.4.1. Lei ordinária ou lei complementar	147
5.5. Adesão	151
5.6. Vantagens da arbitragem na seara tributária	153
5.7. Características processuais e a lei de arbitragem	156
5.8. A complexidade legislativa e fática na constituição do crédito tributário e sua relação com a arbitragem tributária	158
5.9. Conclusão parcial	167
Conclusão	169
Referências	177